



**RELATÓRIO CONSOLIDADO**

**Diretoria Socioambiental**

**Brasília, DF**

**3º RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ANDAMENTO DO  
PBA E DO ATENDIMENTO DE CONDICIONANTES**

**UHE BELO MONTE**

**EMPRESA  
NORTE ENERGIA SA**

**NÚMERO/CÓDIGO DO DOCUMENTO  
RL-DS-001-806-020-31Jan13=A**

**JANEIRO/2013**

## SUMÁRIO – CAPÍTULO 2 - ITEM 1

---

1. CONCLUSÕES GERAIS SOBRE O ANDAMENTO DO PBA NO PERÍODO COBERTO PELO 3º RC .....	1
2. PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS CONTEMPLADOS NO 3º RELATÓRIO CONSOLIDADO .....	8

## 1. CONCLUSÕES GERAIS SOBRE O ANDAMENTO DO PBA NO PERÍODO COBERTO PELO 3º RC

Pretende-se, neste item, apresentar uma síntese do andamento do Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte no período de abrangência deste 3º Relatório Consolidado, destacando-se os principais resultados auferidos no 2º semestre de 2012, as principais interações entre pacotes de trabalho então estabelecidas e suas consequências. Nesse sentido, vale observar que, via de regra, não serão explicitados aqui detalhes a respeito dessas redes de interações, dado que as mesmas são objeto de abordagem pormenorizada no âmbito dos textos de integração inseridos em cada Plano, no Capítulo 2.

Cumprido de pronto realçar as intervenções das obras empreendidas no 2º semestre que exerceram maior influência sobre o andamento de diferentes ações planejadas e levadas a termo no âmbito do PBA. Isto diz respeito à intensificação das intervenções no Sítio Pimental, em especial com o início das obras afetas à implantação das ensecadeiras no leito do rio Xingu e, mais no final do período, aquelas referentes à materialização e início de operação do Sistema de Transposição de Embarcações (STE), na margem direita desse corpo hídrico.

Insta lembrar, com relação ao acima exposto, o histórico conturbado afeto à implementação dessas intervenções no referido Sítio Construtivo. Os trabalhos referentes à construção da ensecadeira no Sítio Pimental, prioritários no planejamento das obras, apenas foram iniciados em 23/11/2011 devido às paralisações impostas pela ação em liminar da ACEPOAT, bem como pela obrigatoriedade de remoção prévia da população que habitava o denominado Setor São Pedro, a jusante do Sítio Pimental. O então começo das obras com a cheia do rio em regime ascendente dificultou a obtenção da produtividade prevista para as atividades construtivas e, devido ao nível de vazão, as obras foram paralisadas em março/2012 para proteger a ilha contra a ação das águas. Ainda em junho/2012, os serviços foram novamente paralisados no Sítio Pimental, no dia 21/06/12, devido ao bloqueio efetuado por representantes de comunidades indígenas. Após negociação com a NORTE ENERGIA, as obras foram retomadas em 12/07/12. Nessa toada, os serviços de construção do acesso entre a Margem Esquerda e a ilha Marciana só puderam ser concluídos em 22/08/12. A implantação da pré-ensecadeira do Canal Central foi finalizada em 24/10/12, sendo que a retomada dos trabalhos na construção das ensecadeiras entre as Ilhas Marciana e da Serra, a qual dependia da liberação pela FUNAI e pelo IBAMA do STE na margem direita do rio Xingu, em Pimental, aconteceu em 14/09/12.

À implantação das ensecadeiras estão associadas ações e controles ambientais de destacada importância. A primeira delas diz respeito às ações de resgate da ictiofauna, integrante de projeto específico do Programa de Conservação da Ictiofauna. De janeiro a novembro/12, as mesmas foram empreendidas não só relativas às obras levadas a termo no Sítio Pimental, como também no Sítio Belo Monte, no que tange à implantação da ensecadeira do Canal de Fuga, e na área destinada ao porto dedicado.

No período supra, 86 ações de resgate foram realizadas, abrangendo ainda aquelas implementadas nos igarapés sob intervenções pontuais devido à disposição de botafora, necessários para as obras no Sítio dos Canais e previamente liberados pelo IBAMA, conforme preconiza a condicionante 2.4 da Licença de Instalação nº 795/2011. Três foram os destinos para os peixes resgatados: soltura, para a maior parte das espécimes, em áreas adjacentes ao resgate sem interferência das obras civis; envio à coleção da Universidade Federal do Pará (UFPA) de espécies raras, endêmicas e com problemas taxonômicos; e descarte de animais mortos, sem condições de aproveitamento devido ao seu estado de decomposição.

Em termos de medida de controle associada diretamente às intervenções no leito do rio Xingu, bem como em outros cursos de água, refere-se ao monitoramento da qualidade das águas superficiais, desenvolvido no âmbito do Plano de Gestão de Recursos Hídricos e cujos resultados guardam significativa interface com o acompanhamento da implantação da UHE Belo Monte pelas comunidades, não indígenas e indígenas.

Nesse sentido, o 2º semestre de 2012 caracterizou-se pela intensificação dos monitoramentos supra ao longo do rio Xingu, nas proximidades das obras da enseadeira, mais especificamente no trecho da Volta Grande. Em função de questionamentos de moradores da Terra Indígena Paquiçamba e da Ilha da Fazenda, levantamentos complementares próximos a esses locais foram realizados.

Ainda com interface direta com a qualidade das águas, tem-se os programas e projetos relacionados à pesca e que foram alvo de significativo destaque no período de cobertura deste 3º Relatório Consolidado, demandando esforços de integração de dados e informações afetos aos meios físico, biótico e socioeconômico, em especial para a região da Volta Grande do Xingu. Tais integrações se fizeram mandatórias para responder, em especial, aos questionamentos surgidos com relação a possíveis impactos sobre a atividade pesqueira nos canais da margem esquerda da Volta Grande, a jusante do Sítio Pimental, interceptados pela construção do acesso à enseadeira. As respostas, bem como uma ampla discussão sobre o assunto e potenciais medidas de mitigação e reparação foram levadas a cabo no âmbito de 3 reuniões havidas, no 2º semestre de 2012, com a Comissão de Pesca e Aquicultura, componente do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte (FASBM) e criada em 08/11/12.

As interfaces do tema acima com os projetos de monitoramento da ictiofauna e da qualidade das águas são evidentes e, nesse tocante, vale ressaltar que tais monitoramentos são desenvolvidos, de forma integrada, em três sítios, assim como outros projetos que integram dados aos ecossistemas aquáticos. Os dados aí obtidos até a data de consolidação deste 3º Relatório indicam uma significativa riqueza de espécies/morfoespécies de peixes (351), validando como eficiente o esforço amostral adotado com vistas à caracterização da ictiofauna no trecho estudado. Em suma, as informações levadas a conhecimento do público-alvo da Comissão do FASBM acima citada, bem como dos interessados na atividade de pesca, não carecem de

consistência técnica e metodológica, respaldando, assim, as proposições de mitigação e compensação que vem sendo negociadas, quando e se cabíveis.

Além disso, ainda no âmbito da atividade pesqueira e de pretensos impactos sobre a mesma advindos da implantação da UHE Belo Monte no 2º semestre de 2012, destaca-se que o Projeto de Monitoramento da Pesca Sustentável vem monitorando, entre outros, a produtividade média das pescarias no rio Xingu por meio de registros nos locais de desembarque do pescado. Esse monitoramento engloba o trecho da Volta Grande e, por conseguinte, os resultados de captura por unidade de esforço (CPUE) tem sido de enorme valia para integrar as informações de eventuais alterações na produtividade em decorrência das intervenções no rio representadas pelas obras do empreendimento hidrelétrico.

Ainda com relação ao monitoramento da qualidade das águas superficiais, tem plena continuidade a interação entre a definição dos pontos de amostragem, os parâmetros analisados e os resultados obtidos, tanto no que se refere ao monitoramento exercido pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) nas áreas internas às unidades construtivas, no âmbito do Programa de Controle Ambiental Intrínseco integrante do Plano Ambiental de Construção (PAC), quanto aquele levado a termo em seu entorno, no bojo do Projeto de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial propriamente dito, componente do Plano de Gestão de Recursos Hídricos. Essa interação se dá, em especial, no ambiente do Comitê de Qualidade das Águas, que se reúne com periodicidade semanal nas frentes de obras, congregando o CCBM, a equipe executora do monitoramento no entorno e as coordenadoras de ambos os Planos.

Como resultado (i) desses esforços crescentes de integração, (ii) da intensificação das inspeções rotineiras de campo por parte da empresa coordenadora do PAC, (iii) da divulgação, inclusive junto aos acionistas e Diretorias da NORTE ENERGIA, dos resultados e conclusões do 2º ciclo de auditoria interna realizado em julho/12 e (iv) de otimizações feitas no procedimento para registro e tratamento de não conformidades, visando a maior agilização de sua aplicação, o 2º semestre de 2012 pautou-se por uma maior efetividade na solução das não conformidades, em especial as menores (60% solucionadas e 34% em andamento no final de dezembro versus um indicador de 88%, congregando essas duas modalidades, verificado no final do 1º semestre de 2012). Além disso, a integração de esforços de detecção de eventuais resultados insatisfatórios para laudos de monitoramento, interna e externamente às áreas construtivas, bem como para a discussão, junto ao CCBM, de Planos de Ação de curto e médio prazo, trazem tempos de resposta mais otimizados para o saneamento das não conformidades, conforme demonstra um conjunto de gráficos e devidas considerações apresentados no bojo do relato do Programa de Controle Ambiental Intrínseco.

Ainda no que se refere à atividade pesqueira, deve ser observado que o Cadastro Socioeconômico (CSE) realizado pela NORTE ENERGIA vem sendo utilizado para identificação dos chefes de família que declararam ter atividade de pesca, assim como o levantamento de informações complementares, incluindo a contagem dos membros da família que tinham, como atividade principal ou secundária, a pesca, associado à compilação e à análise de informações relativas ao grau de formalização da atividade

(Registro Geral de Pesca). Em suma, os dados do CSE vem sendo integrados com os Projetos de Aquicultura e Pesca Ornamental e o Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável.

O exposto acima atesta, entre diversos outros tantos exemplos pormenorizados no âmbito do item introdutório do Plano de Atendimento à População Atingida, a relevância da atividade de cadastramento – Cadastros Fundiário, Físico e Socioeconômico – como elemento integrador relevante, não só no âmbito dos pacotes de trabalho que integram referido Plano, mas também no ambiente inter Planos.

Isto porque, reitera-se, é a partir do Cadastro que se identifica o público-alvo das ações preventivas, de mitigação, de compensação e também as de potencialização dos impactos positivos, bem como as suas dimensões territorial e socioeconômica que lhes completa. Assim, desde maio de 2012 o cadastramento vem sendo trabalhado por uma equipe responsável pela análise crítica e tabulação de dados de acordo com as necessidades de informações aos diferentes programas e projetos dos diversos Planos do PBA.

Ainda que o cadastro rural ainda esteja em curso, com previsão de finalização no primeiro semestre de 2013, e aquele voltado para a área urbana, embora com levantamentos de campo já encerrados, esteja passando por fase de consolidação do banco de dados, no 2º semestre de 2012 em especial o CSE já funcionou como elemento de informação para alimentar diferentes pacotes de trabalho, além daqueles afetos à pesca, acima citados. Nesse contexto, destaca-se (i) o fornecimento de tabelas específicas para identificação e caracterização das atividades agropecuárias e extrativistas para embasar os projetos de recomposição das atividades econômicas rurais, (ii) idem com relação às atividades econômicas cadastradas na área urbana, (iii) os subsídios à caracterização atualizada das comunidades de Garimpo do Galo, Ilha da Fazenda e Ressaca, no tocante ao número de moradores, abastecimento de água e destino dos efluentes, para possibilitar o adequado dimensionamento da capacidade do sistema de água e esgoto, (iv) a identificação dos chefes de família que se declararam oleiros, como atividade principal ou secundária, no bojo do Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativistas de Areia e Cascalho, (v) a identificação de caso de vulnerabilidade social, no âmbito das comunidades do entorno das obras e anfitriãs, com o devido encaminhamento ao Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida, (vi) o cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social para cada um dos 38 setores que compõem a área diretamente afetada urbana, (vii) a identificação dos chefes de família que se declararam barqueiros e, dentre outros, (viii) a utilização dos dados do CSE para o cálculo da taxa e escolarização de crianças e jovens da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, uma das variáveis que subsidiou a estimativa de alunos e, por conseguinte, a análise de suficiência das obras previstas e em implantação no Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação.

Com relação ao último tema acima abordado, referidas análises de suficiência continuam a ser desenvolvidas, no âmbito do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, inclusive em atendimento à condicionante específica da LI nº 795/2011. É interessante observar, como balizador da importância desse

monitoramento e das análises daí derivadas, que, por exemplo, vem sendo trabalhados no bojo do Programa em questão parte significativa dos indicadores necessários à implementação do Sistema de Monitoramento sobre Suficiência da Infraestrutura e Qualidade da Prestação dos Serviços Públicos, objeto de tratamento do Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, integrante do Plano de Articulação Institucional. Tal sistema permite o acompanhamento da situação dos municípios, em especial no que concerne às ações com interface com o PBA e, a partir dela, facilitar a identificação daquelas que cabem ao governo, necessárias e cabíveis somente às administrações municipais.

No que tange às obras afetas à saúde, a ampliação e a construção de estruturas, no 2º semestre de 2012, apresentaram um desempenho muito satisfatório, em especial se comparado ao semestre anterior, com diversas obras concluídas, equipadas e entregues aos municípios. Das 29 Unidades Básicas de Saúde (UBS's) previstas, 22 foram concluídas e entregues, sendo que uma, em Anapu, aguarda definição da gestão municipal, e outras 6 tem, em média, 75,9% de avanço. Lado outro, observa-se que em função de sua complexidade e dimensão, as obras do hospital em Altamira tem apresentado algumas dificuldades para sua execução, constatando-se, no entanto, uma evolução nos últimos meses do ano.

Os trabalhos de saúde, como um todo, avançam em acordo com o previsto, auferindo resultados positivos. Nesse sentido, o monitoramento de doenças (dengue, malária, leishmaniose, AIDS, hepatites virais e leishmaniose tegumentar americana) na Área de Influência Direta (AID) da UHE Belo Monte, acrescida de Pacajá, revela não ter ocorrido alteração de surtos com o início das obras do empreendimento hidrelétrico, sendo que, por vezes, tais surtos mostram-se inferiores aos de anos pretéritos. Em especial no que tange à malária, houve uma redução de cerca de 40% em sua incidência na AID, comparando-se os anos de 2012 e 2011, principalmente a partir do mês de abril.

Vale ainda realçar a interface que vem sendo mantida pela equipe responsável pela coordenação do Plano de Saúde Pública com aquela do CCBM, bem como da coordenadora do PAC, envolvida na implementação do Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho. Nesse tocante, a Gerência de Saúde da NORTE ENERGIA fornece apoio e busca manter uniformidade entre as ações de saúde promovidas nos canteiros de obras com aquelas externamente às obras e, portanto, junto à população em geral. Lado outro, o CCBM contribui regularmente com a emissão de relatórios das suas atividades, que embasam a supervisão do 10º Conselho Regional de Saúde (CRS) da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA).

No que tange ao Plano de Requalificação Urbana, reitera-se que a sua implementação está diretamente vinculada à interação do empreendedor com as várias esferas do poder público (municipal, estadual e federal), interação esta que se fundamenta em articulações levadas a termo no bojo do Plano de Articulação Institucional, em especial no tocante à esfera municipal. À parte do andamento específico das diferentes obras previstas para Altamira, Vitória do Xingu e as vilas de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, objeto de abordagem específica no âmbito do referido Plano e do atendimento

à condicionante 2.10 da LI nº 795/2011 e, por isso, aqui não repetido, vale destacar pontos de ocorrência no 2º semestre de 2012 e que provocaram alterações, em especial na concepção de algumas das obras.

Com destaque surge a ratificação da mudança do local para implantação da Vila Residencial Belo Monte, aproximando-se do Sítio Belo Monte em contrapartida à sua inserção na sede municipal de Vitória do Xingu, antes prevista. Mesmo com essa mudança, a dotação de infraestrutura urbana para a cidade de Vitória do Xingu foi mantida, não obstante tenha agora seus projetos reorientados para compatibilizar-se com uma dinâmica socioeconômica distinta daquela prevista no PBA.

Em contrapartida, os projetos afetos às vilas de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, no tocante à adequação da infraestrutura urbana para atender ao fluxo urbano, estão sendo desenvolvidos à luz das diretrizes de crescimento já considerando o cenário de implantação da Vila dos trabalhadores supracitada, tendo ocorrido a necessidade de readequação do Plano Mestre e do Plano Básico Urbanístico de ambas as localidades.

Amplamente destaque deve ser dado, no período de abrangência deste 3º Relatório Consolidado, à implantação das obras para recuperação ambiental do lixão de Altamira e, em especial, aos impactos positivos derivados desse fato, que potencializam-se em função da interação que vem sendo viabilizada entre diferentes Programas e Projetos. Foi criado, no bojo do Programa de Interação e Articulação Institucional, grupo de trabalho para o desenvolvimento de Plano de Ação de Apoio à Remediação do Lixão do Município de Altamira. A partir da atuação desse grupo foram desenvolvidas campanhas de educação ambiental, com apoio da comunicação social, além de mutirões de limpeza em bairros de Altamira. Também foi realizada, desta feita no âmbito do Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas, capacitação em empreendedorismo e cooperativismo com os catadores que atuavam no lixão e proximidades, resultando na formação de cooperativa, em ação de apoio à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, que gerencia e aplica as políticas públicas voltadas a essa categoria.

Já que se abordou a interface do Plano de Requalificação Urbana com aquele de Articulação Institucional, não se pode olvidar que é por meio deste último que se dá, em termos operacionais, a obtenção dos atos autorizativos necessários à aprovação dos projetos de intervenção urbana previstos no PBA, incluindo-se aqui as licenças ambientais, emitidas sob a égide municipal.

Retornando às principais obras realizadas no período de abrangência deste 3º Relatório Consolidado e que direcionaram ações ambientais relevantes, volta-se à implantação do STE. Foram enfrentados 23 (vinte e três) dias de paralisação no Sítio Pimental, afetando o STE, nos meses de setembro e outubro/12, e mais 7 (dias), agora por força de movimento grevista de operários. Apesar desses contratemplos, em 12/12/12 foram iniciados os testes afetos à transposição de pequenas embarcações, sendo que, a partir de então, o sistema entrou em operação para cumprir tal finalidade, acompanhado de ações de comunicação intensificadas junto a diferentes instituições, comunidades ribeirinhas na Volta Grande do Xingu, comunidades indígenas e público-alvo em Altamira, voltadas para o repasse das

principais características do STE e informe sobre o início de operação acima citado. Em 27/12/12 foi entregue na obra o equipamento (*Travel Lift*) para transposição de embarcações.

Em 22/12/12, deu-se início ao processo de monitoramento do funcionamento do sistema para a transposição de pequenas embarcações (limitadas a 10 m de comprimento), sendo que, até 07/01/13, todas as embarcações tinham passado pelo rio sem necessidade de uso do sistema. Apenas uma única, com mais de 12 m, buscou a utilização do sistema, sem haver necessidade para tal. Cabe aqui destacar a importância da continuidade desse monitoramento para verificar a eventual necessidade de ajustes na operação do sistema, bem como na implantação de seu Plano de Contingências, submetido à análise do IBAMA.

Por fim, em função do aqui exposto, são verificados avanços relevantes no tocante ao planejamento e à operacionalização da interação entre os diferentes pacotes de trabalho que compõem o PBA. Tais avanços são creditados, em primeiro lugar, ao sistema de governança estabelecido pelo Plano de Gestão Ambiental (PGA), congregando, em poucas empresas coordenadoras, a responsabilidade pela supervisão de programas e projetos afetos ao mesmo meio, o que, por si só, já obriga a uma primeira instância de interação entre os Planos de Ação e resultados da colocação em prática dessas medidas. Não se pode também esquecer o estabelecimento e a operacionalização, com frequência semanal, de gabinete de gestão ambiental representado pelo Comitê de Gestão Ambiental (CGA), reunindo representantes das Superintendências e Gerências da Diretoria Socioambiental do empreendedor, da empresa gestora e das coordenadoras, o que viabiliza a troca de informações entre pacotes de trabalho de meios diversificados. Por fim, os instrumentos de comunicação interna desenvolvidos pela PGA, com destaque para o Sistema de Alerta, permitem socializar as obrigações a serem cumpridas, bem como os responsáveis afetos aos diferentes temas, facilitando a identificação de interlocutores para obtenção de dados, informações e relatos atualizados do andamento de diferentes planos, programas e projetos.

## 2. PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS CONTEMPLADOS NO 3º RELATÓRIO CONSOLIDADO

Haja vista que é objetivo deste capítulo concentrar a análise dos Planos, Programas e Projetos do PBA que foram abordados no 3º Relatório Consolidado, será apresentado a seguir um quadro indicativo de todos os componentes do PBA. No referido Quadro indica-se ainda os números dos Volumes deste Capítulo 2 onde encontram-se os pacotes de trabalho referentes a cada Plano/Programa/Projeto.

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
<b>1. PBA - PLANO BÁSICO AMBIENTAL UHE BELO MONTE</b>	
2. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL	Volume I
<b>3. PLANO AMBIENTAL DE CONSTRUÇÃO</b>	
3.1 Programa de Controle Ambiental Intrínseco	Volume I
3.2 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas	Volume I
3.3 Programa de Capacitação de Mão de Obra	Volume I
<b>3.4 Programa de Saúde e Segurança</b>	
3.4.1 Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Volume I
3.4.2 Projeto de Segurança e Alerta	Volume I
3.5 Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores	Volume I
3.6 Programa de Desmobilização de Mão de Obra	Volume I
<b>4. PLANO DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO ATINGIDA</b>	
<b>4.1 Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural</b>	
4.1.1 Projeto de Regularização Fundiária Rural	Volume II
4.1.2 Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Volume II
4.1.3 Projeto de Reassentamento Rural	Volume II
4.1.4 Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Volume II

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
4.1.5 Projeto de Reparação	Volume II
<b>4.2 Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais</b>	
4.2.1 Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Volume II
4.2.2 Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Volume II
4.2.3 Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Volume II
4.2.4 Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Volume II
4.2.5 Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Volume II
4.2.6 Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Volume II
<b>4.3 Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural</b>	
4.3.1 Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Volume II
4.3.2 Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Volume II
4.3.3 Projeto de Relocação de Cemitérios	Volume II
<b>4.4 Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana</b>	
4.4.1 Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Volume II
4.4.2 Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Volume II
4.4.3 Projeto de Reassentamento Urbano	Volume II
4.4.4 Projeto de Reparação	Volume II
<b>4.5 Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas</b>	
4.5.1 Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Volume II
4.5.2 Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Volume II
4.5.3 Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Volume II

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
<b>4.6 Programa de Acompanhamento Social</b>	
4.6.1 Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Volume II
4.6.2 Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Volume II
<b>4.7 Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer</b>	
4.7.1 Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Volume II
4.7.2 Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Volume II
<b>4.8 Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais</b>	
4.8.1 Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Volume II
4.8.2 Projeto de Recomposição dos Equipamentos Religiosos	Volume II
<b>5. PLANO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA</b>	
<b>5.1 Programa de Intervenção em Altamira</b>	
5.1.6 Diretrizes Para o Planejamento Integrado	Volume III
5.1.7 Projeto de Reassentamento	Volume III
5.1.8 Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Volume III
5.1.9 Projeto de Saneamento	Volume III
5.2 Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Volume III
5.2.19 Projeto de Saneamento	Volume III
5.3 Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Volume III
5.3.19 Projeto de Saneamento	Volume III
<b>6. PLANO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	
6.1 Programa de Interação e Articulação Institucional	Volume III

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
6.2 Programa de Fortalecimento da Administração Pública	Volume III
6.3 Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos	Volume III
6.4 Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas	Volume III
<b>7. PLANO DE RELACIONAMENTO COM A POPULAÇÃO</b>	
7.1 Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante	Volume III
7.2 Programa de Interação Social e Comunicação	Volume III
7.3 Programa de Educação Ambiental de Belo Monte	Volume III
7.4 Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos	Volume III
<b>8. PLANO DE SAÚDE PÚBLICA</b>	
8.1 Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde	Volume III
8.2 Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças	Volume III
8.3 Programa de Ações para o Controle da Malária	Volume III
<b>9. PLANO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO</b>	
<b>9.1 Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural</b>	
9.1.1 Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Volume IV
9.1.2 Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Volume IV
<b>9.2 Programa de Arqueologia Preventiva</b>	
9.2.1 Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Volume IV
9.2.2 Projeto de Salvamento Arqueológico	Volume IV
9.2.3 Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Volume IV
9.2.4 Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Volume IV

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
9.2.5 Projeto de Educação Patrimonial	Volume IV
9.3 Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico	Volume IV
<b>10. PLANO DE ACOMPANHAMENTO GEOLÓGICO/GEOTÉCNICO E DE RECURSOS MINERAIS</b>	
10.1 Programa de Monitoramento da Sismicidade	Volume IV
<b>10.2 Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias</b>	
10.2.1 Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Volume IV
10.3 Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos	Volume IV
10.4 Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios	Volume IV
<b>11. PLANO DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS</b>	
<b>11.1 Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico</b>	
11.1.1 Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico	Volume V
11.1.2 Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Volume V
11.1.3 Projeto de Monitoramento da Largura, Profundidade e Velocidade em Seções do TVR	Volume V
11.2 Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques	Volume V
<b>11.3 Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas</b>	
11.3.1 Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Volume V
11.3.2 Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Volume V
<b>11.4 Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água</b>	
11.4.1 Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Volume V
11.4.2 Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas	Volume V
11.5 Programa de Monitoramento do Microclima Local	Volume V

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
<b>12. PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES</b>	
- Implantação dos Módulos RAPELD	Volume VI
<b>12.1 Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios</b>	
12.1.1 Projeto de Desmatamento	Volume VI
12.1.2 Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro e Certificação de Madeira	Volume VI
12.1.3 Projeto de Demolição e Desinfecção de Estruturas e Edificações	Volume VI
<b>12.2 Programa de Conservação e Manejo da Flora</b>	
12.2.1 Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	Volume VI
12.2.2 Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Volume VI
12.2.3 Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	Volume VI
<b>12.3 Programa de Conservação da Fauna Terrestre</b>	
12.3.1 Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Volume VI
12.3.2 Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Volume VI
12.3.3 Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Volume VI
12.3.4 Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Volume VI
12.3.5 Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	Volume VI
12.3.6 Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Volume VI
12.3.7 Projeto de Monitoramento da Avifauna	Volume VI
12.3.8 Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Volume VI
12.3.9 Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Volume VI
12.4 Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea	Volume VII

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
12.5 Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos	Volume VII
<b>12.6 Programa de Compensação Ambiental</b>	
12.6.1 Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Volume VII
12.6.2 Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Volume VII
<b>13. PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS</b>	
<b>13.1 Programa de Monitoramento da Flora</b>	
13.1.1 Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Volume VII
13.1.2 Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	Volume VII
13.2 Programa de Conservação e Manejo de Hábitats Aquáticos	Volume VII
<b>13.3 Programa de Conservação da Ictiofauna</b>	
13.3.1 Projeto de Investigação Taxonômica	Volume VII
13.3.2 Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Volume VII
13.3.3 Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Volume VII
13.3.4 Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	Volume VII
13.3.5 Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	Volume VII
13.3.6 Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes	Volume VII
<b>13.4 Programa de Conservação da Fauna Aquática</b>	
13.4.1 Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Volume VIII
13.4.2 Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Volume VIII
13.4.3 Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Volume VIII
<b>13.5 Programa de Conservação e Manejo de Quelônios</b>	

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
13.5.1 Projeto Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Volume VIII
13.5.2 Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Volume VIII
13.5.3 Projeto Manejo de Quelônios de Belo Monte	Volume VIII
<b>14. PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DA VOLTA GRANDE DO XINGU</b>	
<b>14.1 Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias</b>	
14.1.1 Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Volume VIII
<b>14.2 Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida</b>	
14.2.1 Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Volume VIII
14.2.2 Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção	Volume VIII
14.2.3 Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Volume VIII
14.2.4 Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Volume VIII
<b>15. PLANO AMBIENTAL DE CONSERVAÇÃO E USO DO ENTORNO DOS RESERVATÓRIOS – PACUERA</b>	Volume VIII